



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 161/162/163

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE JANEIRO DE 2007

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB José Maria Ferreira
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

S U M Á R I O S

DIÁRIO Nº 161

5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Mesa Executiva | 03 |
| Presenças | 03 |
| Abertura da Sessão | 03 |
| Expediente: | |
| Ofícios..... | 03 |
| Comunicado | 04 |
| Requerimentos | 04 |
| Horário das Lideranças: | |
| Liderança do PT | |
| Dep. Tadeu Veneri | 04 |
| Ordem do Dia: | |
| Leitura do Expediente | 05 |
| Discussão/Votação | |
| Redação Final..... | 05 |
| Encerramento da Sessão | 06 |

DIÁRIO Nº 162

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Mesa Executiva..... | 07 |
| Presenças..... | 07 |
| Abertura da Sessão | 07 |
| Expediente: | |
| Requerimentos | 07 |
| Ordem do Dia: | |
| Discussão/Votação | |
| 1ª Discussão | 08 |
| Requerimentos | 19 |
| Encerramento da Sessão | 20 |

DIÁRIO Nº 163

3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

SUMÁRIO

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Mesa Executiva..... | 21 |
| Presenças..... | 21 |
| Abertura da Sessão | 21 |
| Ordem do Dia: | |
| Discussão/Votação | |
| Redação Final | 22 |
| Encerramento da Sessão | 25 |

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 161

5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------|----|
| Mesa Executiva..... | 03 |
| Presenças..... | 03 |
| Abertura da Sessão | 03 |
| Expediente: | |
| Ofícios | 03 |

| | |
|---------------------|----|
| Comunicado | 04 |
| Requerimentos | 04 |

Horário das Lideranças:

| | |
|-------------------------|----|
| Liderança do PT | |
| Dep. Tadeu Veneri | 04 |

Ordem do Dia:

| | |
|-----------------------------|----|
| Leitura do Expediente | 05 |
| Discussão/Votação | |
| Redação Final..... | 05 |

| | |
|-------------------------------------|-----------|
| Encerramento da Sessão | 06 |
|-------------------------------------|-----------|

DIÁRIO Nº 161

5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO REALIZADA EM 23 DE JANEIRO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Elza Correia e pelo Sr. Deputado Reni Pereira.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito

Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Cleiton Kielse, Natálio Stica, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior e Waldir Leite (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 008/07, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 355/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, por julgá-lo contrário ao

interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 009/07, do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 359/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, por julgá-lo inconstitucional. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Comunicados

Sob o nº AL01231/06, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto a Secretaria de Estado da Educação, através do Programa PROEP. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL01260/06, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto a Secretaria de Estado da Educação, através do Programa PNATE. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL01284/06, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto a Secretaria de Estado da Educação, através do Programa Peja. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº AL01285/06, do Sr. Daniel Silva Balaban - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação junto a Secretaria de Estado da Educação, através do Programa BRALF. **Ao Conhecimento da Casa.**

Requerimento

REQUERIMENTO Nº 050

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 23.01.07.

(a) RENI PEREIRA

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Bloco PP/PSB. Não temos orador porque o Deputado Scarpellini está participando, agora, de uma Sessão Solene de entrega de título.

Bloco PTB/PL/PRB.

(**Declina**)

Consulto às Lideranças do PPS; PDT; PFL.

(**Declinam**)

Consulto à Liderança do PT se fará uso do seu tempo. Com a palavra o Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Apenas para fazer um comunicado à Casa. Na verdade, solicitei ao nosso Vice-Líder Deputado Elton, porque foi através dele que tivemos hoje marcada uma audiência com o Superintendente Regional da Polícia Federal aqui no Estado do Paraná, Dr. Jaber Saad. Levamos a ele a preocupação do Deputado Elton, eu, Dra. Tereza que é da Comissão Pastoral da Terra, levamos a preocupação com o ocorrido na madrugada de terça-feira da última semana no município de Londrina próximo a Tamarana, naquela desocupação que já havia aqui citado.

Então, apenas para fazer esse relato. Nos solicitou o Superintendente que nós mandássemos um relato do ocorrido e algumas comprovações que já estão em jornais e obviamente que dentro da sua análise, a Polícia Federal se entender correto deverá fazer diligências posteriormente para apurar se de fato ocorreu a formação de milícias privadas.

Foi em função dessa preocupação que estivemos na Polícia Federal.

O Sr. Elton Welter (PT)

Me permite um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

O Delegado foi muito claro. A própria posição do Ministro da Justiça não permite a formação de milícias independente de questão ideológica, se surgir do campo político ligado a determinado segmento rural ou outro, todas serão combatidas. Acredito que esse fato não ocorrerá outra vez. Em função desse relatório que será encaminhado, ele irá apurar os fatos.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vamos aguardar, talvez na quinta-feira consigamos uma audiência com o Ministro da Justiça para podermos proceder a esse encaminhamento e fazermos a

comunicação formal em Brasília e à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal.

Obrigado Sr. Presidente e Srs. Deputados.

PRESIDENTE (Hermas Brandão)

PSDB; PMDB; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(Todas declinaram)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 050, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente, solicitando que sejam marcadas Sessões Extraordinárias, logo após o término da presente Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 297/06, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a doar aos municípios, imóveis de propriedade do Estado do Paraná, que estejam ocupados por estabelecimentos municipais de ensino de 1º grau, municipalizados mediante convênios. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 297/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Em conformidade com o artigo 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a doar aos municípios, imóveis de propriedade do Estado do Paraná, que estejam ocupados por estabelecimentos municipais de ensino de 1º grau, municipalizados mediante convênio.

Parágrafo único. Os imóveis doados com base neste artigo, somente poderão ser utilizados por estabelecimentos de ensino, retornando, automaticamente, ao patrimônio do Estado, no caso de descumprimento dessa condição.

Art. 2º As doações de que trata a presente lei, serão efetivadas através de decreto proposto em expediente instruído com a devida documentação, inclusive com pareceres dos órgãos mencionados no parágrafo 1º do artigo 1º.

Art. 3º Esta lei será regulamentada por Ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.01.07.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 572/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que dispõe sobre a proibição de bebida alcoólica em ônibus, transporte coletivo urbano, interurbano e similares. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 572/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica expressamente proibido o consumo de bebida alcoólica em ônibus, de qualquer natureza, no interior de veículos de transporte coletivo ônibus e similares.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.01.07.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 001/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 069/06, que objetiva criar 37 (trinta e sete) cargos de provimento em comissão de Diretores Gerais de Penitenciárias. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 001/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criados, com lotação na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, 37 (trinta e sete) cargos de provimento em comissão, com a denominação de Diretor Geral de Presídio e simbologia DAS-01.

Art. 2º Ficam criados, com lotação na COMEC, 04 (quatro) cargos de provimento em comissão simbologia AE-1.

Art. 3º Ficam incluídos 02 (dois) cargos em comissão de Secretário Especial no artigo 14, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.01.07.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando uma Sessão Extraordi-

nária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 003/07 e do Projeto de Lei nº 004/07.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 425/06 e do Projeto de Lei nº 567/06.

Levanta-se a Sessão.

S U M Á R I O

DIÁRIO Nº 162

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

SUMÁRIO

| | |
|---------------------|----|
| Mesa Executiva..... | 07 |
| Presenças..... | 07 |

| | |
|--------------------------|----|
| Abertura da Sessão | 07 |
|--------------------------|----|

Expediente:

| | |
|---------------------|----|
| Requerimentos | 07 |
|---------------------|----|

Ordem do Dia:

| | |
|--------------------|----|
| Discussão/Votação | |
| 1ª Discussão | 08 |
| Requerimentos..... | 19 |

| | |
|------------------------------|----|
| Encerramento da Sessão | 20 |
|------------------------------|----|

DIÁRIO Nº 162

2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO REALIZADA EM 23 DE JANEIRO DE 2007

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Elza Correia e pelo Sr. Deputado Marcos Isfer.

Presenças:

Às quinze horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da

Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (47).

Ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Cleiton Kielse, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior e Waldir Leite (07).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 051

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 24 de janeiro (segunda-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 002/07, Projeto de Lei nº 003/07, de autoria do Poder Executivo, objetiva instituir a Região

Metropolitana de Cascavel, constituída pelos municípios que especifica.

Sala das Sessões, em 23.01.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Nelson Garcia, Artagão Júnior, Luciana Rafagnin, José Maria Ferreira, Francisco Bühner, Miltinho Pupio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Pedro Ivo Ilkiv, Jocelito Canto, Elza Correia, Caíto Quintana, Hermes Fonseca, Carlos Simões, Alexandre Curi, Vanderlei Iensen, Luiz Nishimori, Elton Carlos Welter e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 053

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 107 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transformação da Sessão Plenária do dia 24 de janeiro (segunda-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 003/07, Projeto de Lei nº 004/07, de autoria do Poder Executivo que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetivação da estadualização da Fundação Faculdade Luiz Meneghel, mediante incorporação à Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, face à Lei nº 15.300/06.

Sala das Sessões, em 23.01.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

Apoiamento:

Nelson Garcia, Artagão Júnior, Luciana Rafagnin, José Maria Ferreira, Francisco Bühner, Miltinho Pupio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Pedro Ivo Ilkiv, Jocelito Canto, Elza Correia, Caíto Quintana, Hermes Fonseca, Carlos Simões, Alexandre Curi, Vanderlei Iensen, Luiz Nishimori, Elton Carlos Welter e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 53-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, sejam fornecidas as seguintes informações e documentos:

- cópia dos processos encaminhados à Assembléia Legislativa relativos as contas do Governo do Estado nos exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005;

- cópia dos pareceres das Comissões competentes desta Casa sobre as referidas contas;

- resultado das votações relativas à aprovação das contas pela Assembléia.

Tal requerimento justifica-se pelo fato deste Parlamentar, em consequência de depoimentos da CPI dos Grampos, não ter participado das referidas Sessões Plenárias.

Sala das Sessões, em 23.01.07.

(a) JOCELITO CANTO

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 003/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/07, que objetiva instituir a Região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos municípios que especifica. SEM PARECERES. (**Publ. no DA nº 156, de 15/01/07, em Mensagens**).

Em votação.

Quero esclarecer aos Srs. Parlamentares aqui, que consta na pauta que os projetos que estão em discussão nesta Sessão estão sem os pareceres. Reuniram-se a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças e existe um parecer e vou solicitar, antes de colocar em votação o Item nº 01, a leitura dos pareceres pela Deputada Elza Correia.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Elza Correia**)
(**Procede à leitura dos pareceres**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VOTO EM SEPARADO AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 03/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei tem como objetivo criar uma Região Metropolitana abrangendo os municípios de Cascavel, São Miguel do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, Céu Azul, Lindoeste, Santa Tereza do Oeste, Medianeira, Itaipulândia, Missal, Ramilândia, Vera Cruz do Oeste, São Pedro do Iguaçu, Diamante do Oeste, Santa Helena, São José das Palmeiras, Ouro Verde do Oeste, Toledo, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado, Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Mercedes, Nova Santa Rosa, Terra Roxa e Guaíra, conforme artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual.

Fundamentação

A Constituição Federal assegura aos Estados:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A Constituição do Estado assegura:

Art. 21. O Estado instituirá, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos municípios envolvidos e a sociedade civil organizada na gestão regional.

A Constituição do Estado ainda prevê:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 69. As leis complementares são aprovadas por maioria absoluta dos integrantes da Assembléia Legislativa.

Diante do exposto, verificamos que há autorização constitucional para que seja criado a região metropolitana em apreço.

A proposta governamental engloba a maioria dos municípios oestinos, entretanto excluía alguns municípios com localização na zona de influência econômica e social da região oeste; motivo pelo qual foram incluídos os municípios de Palotina, Assis Chateaubriand, Cafelândia, Corbélia, Formosa do Oeste, Jesuítas, Iracema, Nova Aurora, Maripá, Tupãssi entre outros.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei está em desconformidade com a Lei Complementar nº 95/98, em relação à cláusula revogatória:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Diante dessa ilegalidade, propomos uma emenda modificativa em anexo, na forma autorizada pelo Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Conclusão

Diante da legitimidade exposta no inciso III do artigo 29 do Regimento Interno somos pela aprovação do presente, na forma da emenda substitutiva anexa e acolhendo a emenda aditiva do Deputado Plauto Miró Guimarães.

Sala das Comissões, em 23.01.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Membro da CCJ

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 003/07

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei complementar, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/07, objetiva instituir, na forma do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e 21, da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos municípios que especifica.

Fundamentação

Esta Comissão chamada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Esclarece ainda, o autor da proposta que ao observar-se o grande desenvolvimento, a população considerável e a transformação que vem ocorrente pela região, é necessário buscar formas de integrar os municípios e, conseqüentemente, o crescimento planejado e organizado.

É de suma importância a necessidade da instituição da Região Metropolitana de Cascavel pois, isto traduz os anseios da comunidade que exige cada vez mais o atendimento de suas necessidades.

Desta forma, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o Parecer, na forma da emenda apresentada pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 23.01.07.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, a Deputada Elza Correia leu o Parecer, mas ela diz que tem um substitutivo em anexo. Aí, é importante que a Deputada leia o substitutivo que nós vamos votar neste parecer.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Apenas de que nesta Sessão nós vamos votar só a constitucionalidade. Mas, atendendo a solicitação de V. Exa., vou pedir à nobre Deputada Elza Correia que proceda à leitura do substitutivo.

A SRA. ELZA CORREIA

(Lê Substitutivo Geral ao Projeto de Lei nº 003/07).

**SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ
AO PROJETO LEI Nº 03/07**

Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana do Oeste

do Paraná, constituídas pelos municípios de Anahí, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cascavel, Catanduvas, Campo Bonito, Cafelândia, Capitão Leônidas Marques, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guairá, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Tereza do Oeste, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Terezinha do Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Tupãssi, Três Barras do Paraná e Vera Cruz do Oeste.

Parágrafo Único. A sede da Região Metropolitana do Oeste do Paraná será definida pelo chefe do Poder Executivo Estadual.

Art. 2º A Região Metropolitana do Oeste do Paraná terá um Conselho Deliberante e um Conselho Consultivo.

§ 1º O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica ou administrativa, nomeados pelo Governador do Estado, sendo 2 (dois), mediante indicação dos municípios integrantes da Região Metropolitana.

§ 2º O Conselho Consultivo compor-se-á de um representante de cada município integrante da Região Metropolitana e de 03 (três) representantes da sociedade civil sob a direção do Presidente do Conselho Deliberativo.

§ 3º Incumbe ao Estado prover, mediante recursos orçamentários, as despesas de manutenção do Conselho Deliberativo e do Conselho Consultivo.

Art. 3º Compete ao Conselho Deliberativo:

I - promover a elaboração de Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana e a programação dos serviços comuns;

II - apreciar e aprovar propostas da Região Metropolitana há serem submetidas ao Poder Executivo Estadual, com vista a subsidiar a elaboração das leis previstas no artigo 133, da Constituição Estadual;

III - coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns.

Art. 4º Compete ao Conselho Consultivo:

I - opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e adoção de providências relativas à execução de serviços comuns.

Art. 5º Reputam-se de interesse da integração da Região os serviços comuns aos municípios que integram a Região Metropolitana:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II - saneamento básico, notadamente abastecimento de água, rede de esgoto, e serviços de limpeza pública;

III - uso do solo metropolitano;

IV - transporte e sistema viário;

V - aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental.

Art. 6º Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 23.01.07.

(aa) **CHICO NOROESTE, DOBRANDINO DA SILVA, RENI PEREIRA, DUÍLIO GENARI, NEREU MOURA e ELIO RUSCH.**

Acolhendo a Subemenda Aditiva do Deputado Plauto Miró.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, a Deputada Elza Correia não falou da Região Metropolitana de Ponta Grossa. Parece que há um substitutivo também que consta a região de Ponta Grossa.

Eu queria que V. Exa. lesse para vermos o que diz esse substitutivo porque não consta aí a região de Ponta Grossa.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA **(Elza Correia)**

Está aqui, leio com prazer.

(Lê a conclusão do substitutivo e o acolhimento da Emenda Aditiva).

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só para registrar, Deputada, essa emenda também foi assinada por mim.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA **(Elza Correia)**

Não é a emenda que está comigo, Deputado. Quando ela chegar aqui eu leio com prazer.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só para me situar, eu estou com dificuldade de entender, talvez seja o cansaço da convocação. Foi apresentado um substitutivo, autoria, segundo o que eu ouvi aqui, salvo eu esteja equivocado, não poderia ser apresentada emenda ao projeto, ao substitutivo, pode ser apresentada?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

A Comissão tem amplos poderes para apresentar o substitutivo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Então quando será possível eu encaminhar o mérito desse substitutivo?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Hoje só será a constitucionalidade, deverá vir na pauta da Ordem do Dia de amanhã. V. Exa. poderá apresentar emenda amanhã.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado, era só essa informação.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Elza Correia**)

Sr. Presidente, chegou às minhas mãos a Emenda Aditiva que o Deputado Jocelito pede que seja lida.

(Lê)

EMENDA ADITIVA

PROJETO DE LEI Nº 03/07

Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 02/07

Com fundamento no que autoriza o Regimento Interno dessa Casa de Leis, em especial o artigo 137, parágrafo 4º, apresentamos a seguinte Emenda Aditiva, alterando os artigos 2º e 3º do Projeto de Lei nº 03/07, e renumerando os demais artigos:

Art. 2º Fica instituída, nos termos do artigo 25, parágrafo 3º da Constituição Federal e artigo 21 da Constituição do Estado do Paraná, a Região Metropolitana de Ponta Grossa, constituída pelos Municípios de Ponta Grossa, Castro, Carambeí, Tibagi, Palmeira, Teixeira Soares, Imbituva, Ipiranga, Piraí do Sul, Reserva, Ivaí, Guamiranga, Imbaú, Telêmaco Borba e Ventania, áreas estas interdependentes, a qual poderá ser estendida futuramente.

Art. 3º Cada Região Metropolitana terá um Conselho Deliberativo e um Conselho Consultivo.

§ 1º...

Sala das Comissões, em 23.01.07.

(aa) JOCELITO CANTO

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o projeto, a sua constitucionalidade.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (**Para Enca-minhar**)

Sr. Presidente, o projeto oriundo da mensagem do Executivo Estadual não acolhe os princípios da região metropolitana. Para criarmos uma região metropolitana precisamos ter a sede. E esta sede vai ter o sentido de agregação, de cidade cosmopolita em relação as demais regiões que ela atinge, da sua influência econômica, da sua influência cultural, da sua influência social. E para que pudéssemos completar o interesse da lei na formação desse projeto nós olharíamos o artigo 5º da própria mensagem, diz aqui:

Art. 5º Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a região:

I - planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social..

Como iremos fazer um planejamento integrado entre Guairá e Maribá. Respeito o anseio, a vontade, a determinação política dos Srs. Deputados que atuam na Região Oeste do Estado, mas não tem concepção básica para que estejamos, aqui, votando a criação de uma região metropolitana, que não exceto alguns poucos municípios daquela área, são efetivamente de integração sócio-econômica. Como iríamos fazer, aqui, por exemplo, a hora que tiver uma coordenação e essa coordenação for atuar saneamento básico, notadamente abastecimento de água, de rede de esgoto e serviço de limpeza pública? Ora, cada um vai ter...

Como é que Maribá vai se submeter às leis e às exigências ambientais do Município de Cascavel e de Toledo, Deputado Duílio Genari, ou de Marechal Cândido Rondon? Nós vamos estar levando para a região um problema administrativo e legal que hoje ela não tem, se for efetivamente executado.

Como é que estaremos fazendo uso do solo metropolitano? Ora, Foz do Iguaçu e Cascavel, Toledo têm necessidades diversas da de Guairá e de Terra Roxa. Não tem como. Como é que estaremos impondo uma lei de uso e ocupação de solo que tem que ser extensiva a toda a Região dos Municípios compreendidos se temos uma diversidade e uma disparidade tão grande como verificamos nesta Região? O que deveríamos estar criando ali, acho que isso é que deve ser interesse do Governo de estar orientando na faixa dos municípios limítrofes e nas adjacências seria uma região econômica de interesse especial, Deputado Dobrandino. Aí estaríamos com medidas diferentes, planejando a região naquilo em que for compatível na ocupação do solo, na questão ambiental, no tratamento do lixo e fazendo com que pudéssemos estimular a região, sem colocá-la numa camisa de força que é a institucionalização da Região Metropolitana do Oeste, porque não conseguiram encontrar uma cidade pólo, tão extensa que é a região. E justamente pega todos os municípios, compreende todos os municípios da região Amonop. Isso quer dizer que não existe uma região metropolitana efetiva.

Se quisermos votar algo que o Executivo possa implementar, nós estaríamos que estar votando uma Região de Interesse Econômico Especial. Aí, Deputado Reni, V. Exa., Deputado Elio Rusch teriam condições de ver ampliada. A Região de Cascavel é importante e acho que deva ser criada a Região Metropolitana de Cascavel e Foz do Iguaçu, só que dentro desse plano o Governo, se quiser, terá que vetar. Não tem condições, Sr. Presidente, de o Executivo implementar um projeto dessa natureza.

É por isto, com todo respeito aos Deputados da região, que se debruçaram para que politicamente fosse possível, eu não vejo condições técnicas para implementação e o meu voto vai ser contra, em função de que não atende ao princípio da legalidade. Por esta razão já fica

dado o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. é contra a constitucionalidade.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Encaminho contrário.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, da mesma forma ao pronunciamento do Deputado José Maria, nós entendemos perfeitamente a vontade e o desejo de se criar regiões metropolitanas em várias regiões do Estado do Paraná, mas nós devemos tomar certos cuidados de sob pena, amanhã estarmos criando dezenas de regiões metropolitanas que, na sua essência, no seu conceito base, não são efetivamente configurados perante o que diz a lei federal, do que é metropolitana. É evidente que o processo para estabelecer uma região metropolitana exige os pré-requisitos que o Deputado José Maria colocou, o processo de conurbação, a integração da malha viária, o processo de saneamento, o transporte coletivo urbano e realmente, precisa ser pensado de forma coletiva.

A grande preocupação que nós colocamos aqui hoje é exatamente no sentido de que amanhã, essas regiões metropolitanas devam seguir uma ordem comum, um planejamento integrado e que de repente, não se chegue a conclusão nenhuma sobre a melhor diretriz de planejamento. Eu acho que estamos criando regiões que amanhã serão obstáculo até ao crescimento, ao desenvolvimento de um planejamento específico de interesse de cada município.

Portanto, nós encaminhamos quanto ao aspecto constitucional. Podemos fazer, é legal e votarei favoravelmente, mas quanto ao mérito, já antecipadamente, pronuncio-me contra, porque na verdade, nós temos que pensar de uma forma inteligente e não criar legislações que amanhã sirvam para atrapalhos e confusões ou até distorções regionais.

Era isso Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrada a discussão.

Em votação.

Aprovado o parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

Aprovado, com voto contrário dos Deputados José Maria, Edson Strapasson e Elza Correia.

Em votação o projeto em 1ª discussão, sobre a sua constitucionalidade.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Quero fazer algumas considerações sobre o projeto, já incluindo os substitutivos. O que me parece é que a criação da região metropolitana virou o “samba do crioulo doido”. Eu estou pensando e estou discutindo com o

Deputado Pedro Ivo que representa a região de União da Vitória, em apresentar uma emenda criando a Região Metropolitana de União da Vitória. A região metropolitana, caso o Deputado Augustinho Zucchi concorde, a Região Metropolitana de Pato Branco - eu não quero jamais, ser o representante de Pato Branco, tomar a legitimidade que tem o Deputado Augustinho Zucchi - porque o que eu estou vendo aqui, quanto à questão da constitucionalidade como disse muito bem o Deputado José Maria, não está contemplado na Região Metropolitana de Cascavel. Não está contemplado nada da sua constitucionalidade, que é legitimada na Região Metropolitana de Londrina, na Região Metropolitana de Cascavel e não está nas outras regiões metropolitanas.

Então, parece que aqui se está criando região metropolitana e assim é o meu desejo, criar a Região Metropolitana de União da Vitória. Não vou poder incluir Santa Catarina, Porto União, porque é outro

Estado, mas certamente, nós poderíamos incluir na Região Metropolitana de União da Vitória e criarmos já um cargo AS-1 de Secretário Especial, porque meu caro Deputado Pedro Ivo, V. Exa. teria como legítimo representante do Governo naquela região, nomear uma pessoa para coordenar a Região Metropolitana de União da Vitória.

Eu estou fazendo essas considerações, até parece que estou satirizando. Não é! É a realidade. Nós estamos aqui transformando esse projeto, aqui, de autoria do Poder Executivo, de criação de região metropolitana. Primeiro é uma brincadeira de mau gosto do Governo querer criar região metropolitana em convocação extraordinária.

Nós tivemos quatro anos aqui, para criar região metropolitana e, muitas vezes foi vetado pelo próprio Governo. Daí vem por convocação extraordinária criar-se região metropolitana e virá essa situação. Você não sabe aonde é a sede, não sabe aonde vai funcionar. Criasse os cargos, justificando que esses cargos serão para a região metropolitana, mas ela não tem nem regulamentação.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No encaminhamento não tem questão. Depois que o Deputado Valdir Rossoni concluir, V. Exa. poderá pedir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu não vou me posicionar contrário à criação da Região Metropolitana de Londrina, de Maringá, de Cascavel, de Ponta Grossa, porque sempre foi aprovado nesta Casa. Na verdade o equívoco foi tão grande na criação dessas regiões metropolitanas, nas criações dos cargos, as contradições são tão grandes, que o próprio projeto, já, tem o ato falho. Não há como corrigir esse projeto.

Eu quero aqui fazer uma aposta com os Srs. Deputados; um cafezinho, com açúcar ou sem açúcar, que o Governador Requião vai vetar a criação das regiões metropolitanas. Ele vai vetar o seu próprio projeto.

Por que qual é a argumentação? Nós estamos dando argumentações com a Emenda Substitutiva para que o Governo vete tudo. Daí ele vai justificar: não, distorceram o objetivo do meu projeto do Executivo, aí nem a de Cascavel vai ser criada.

Quer dizer, nós estamos aqui para criarmos regiões metropolitanas, ou nós estamos aqui para servir ao Governo, para depois ele pôr veto ao projeto.

A grande verdade, eu não vou nem me posicionar, porque, me desculpem Srs. Deputados, Sr. Presidente, mas nós estamos fazendo um papel ridículo, nesta Casa. Ridículo. Pelo menos, eu quero colocar aqui a minha discordância de como está sendo conduzido esse processo tão legítimo de tamanha responsabilidade, mas nós estamos aprovando aqui, como se isso não fosse importante para o desenvolvimento do nosso Estado.

Este Parlamentar vai se posicionar favorável à constitucionalidade, ao mérito, a todas as emendas. Vou estudar a questão da emenda da Região Metropolitana de União da Vitória, porque na verdade isso aqui não é jogo verdadeiro, isso aqui não há uma intenção verdadeira de se criar a região metropolitana em lugar nenhum. O futuro vai dizer as V. Exas.

Por isso, me posiciono favorável, mas o futuro vai dizer. Porque eu, aqui, com meia dúzia de companheiros da Oposição, também, não vai resolver. Com respeito que eu tenho com o meu amigo Plauto Miró Guimarães, ao Deputado Jocelito, aos Deputados que representam a Região dos Campos Gerais. Eu vou me posicionar favorável, mas quero deixar registrado aqui, o meu inconformismo, porque é o que é. Não vou dizer o que estou pensando.

Muito obrigado.

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Essa matéria passou a ser uma matéria polêmica e estava olhando o Ato da Presidência. Acho que V. Exa. pode advogar, Presidente da Mesa, essa matéria não estava no Ato, para ser votado na convocação extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Lógico que estava, Deputado. V. Exa. está cometendo um equívoco.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Quero fazer uma consulta à Mesa. Este é um projeto de iniciativa do Executivo, que cria a Região Metropolitana de Cascavel?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É do Poder Executivo.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Estamos votando em 1ª discussão?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em 1ª discussão, a constitucionalidade.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Consulto à Mesa, de acordo com o conteúdo da matéria, semelhante, se é possível na 2ª discussão, quando entrar em mérito, apensar emenda oriunda do Poder Legislativo?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Poderá tranqüilamente, normalmente, como estabelece nosso Regimento Interno. V. Exa. poderá apresentar emendas, na 2ª discussão.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (**Pela Ordem**)

Vou apresentar, para criação da Região Metropolitana do Litoral.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Só para encaminhar esta questão, eu ouvi os pronunciamentos dos Srs. Deputados e quero lamentar. O Deputado Valdir Rossoni disse, aqui, que nosso Governador pode vir a vetar, em partes, este projeto. E foi feita uma emenda colocando a Região Metropolitana de Ponta Grossa na Região Metropolitana de Cascavel.

Eu me sinto envergonhado, Sr. Presidente. Envergonhado em ter que votar isto aqui, hoje. Tenho que dizer isto, como governista. Lamento ter que dizer isto. Vou votar com vergonha. Mas, vou votar porque lamento que um Governo que cria a Região Metropolitana de Cascavel, que cria a Região Metropolitana de Londrina, de Maringá, que foi criada por lei, nesta Casa, ele deixa de apresentar a região de Ponta Grossa.

Volto a dizer: o Governo do Estado envergonha a Região dos Campos Gerais, quando faz isto. Envergonha a nós, seus companheiros, que na última eleição fizemos votos para Governador em Ponta Grossa. Nós que trabalhamos do começo até o último dia de sua campanha. Envergonha a todos os seus cabos eleitorais. Envergonha aquela cidade, que é a terceira cidade do Estado do Paraná.

Estamos envergonhados, hoje. Este é que é o termo. Para salvar, precisamos ter que fazer uma emenda num projeto de Cascavel, o que eu acho uma tremenda vergonha do governo, que deixa de respeitar seus companheiros, que deixa de respeitar os próprios companheiros do seu partido, o PMDB, dos partidos da base aliada que lhe apoiaram, em Ponta Grossa. Então, o Governo comete um equívoco em não colocar a Região de Ponta Grossa.

E fiquei mais triste ainda, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; ao saber que o Governador esteve neste fim de semana em Castro e tentou induzir o Presidente da MCG, o Prefeito de Castro, dizendo que região metropo-

litana não interessaria a Ponta Grossa e à Região dos Campos Gerais.

Como não interessaria? Se interessa a Cascavel, se interessa a Londrina, se interessa a Maringá, se a Região Metropolitana de Curitiba já existe e até Secretário já teve, que foi o Deputado Strapasson, que está aqui, por que não ter a Região Metropolitana de Ponta Grossa? Por que esta discriminação à cidade de Ponta Grossa? Ponta Grossa é a terceira cidade do Paraná. É a cidade que mais contribui. É a cidade que mais ajuda este Estado. É a cidade que mais traz dinheiro para o bolo deste Estado. É a terceira cidade, em arrecadação. E ela vem sendo tratada, aqui, como se fosse um filho adotivo. As obras que o Governo faz, claro que vamos exaltar e agradecer. Agora, não podemos aceitar que precisamos fazer uma emenda num projeto de Cascavel.

Seria justo que o Governo do Estado, para acertar tudo isto, nós temos prazo, temos uma convocação até o dia 30, nós viemos aqui para trabalhar até o dia 30, que o Governo mandasse também à Região Metropolitana de Ponta Grossa, que ele pode mandar a qualquer momento durante a convocação à Região Metropolitana de Ponta Grossa. Então, eu solicitaria, Deputado Dobrandino, que viesse também à Região Metropolitana de Ponta Grossa, que ele pode mandar um projeto em anexo para ser votado nesta Casa. Não é justo, com todo respeito que eu tenho pela região Oeste do Paraná, pela região dos Deputados do Oeste do Paraná, mas não é justo que Ponta Grossa seja tratada como filho adotivo, como se Ponta Grossa não tivesse representante nesta Casa.

E eu quero aqui também, Sr. Presidente, dizer que estou muito triste com essa Casa também porque o Presidente da CCJ não cumpriu o que determina a lei. O Presidente da CCJ desta Casa e os Srs. Deputados desta Casa não cumpriram o que determina a ordem do que é protocolado lá na CCJ, porque eu protocolei o projeto de Região Metropolitana de Ponta Grossa e foi engavetada na CCJ, e eu várias vezes pedi o projeto da Região Metropolitana de Ponta Grossa, e o Presidente engavetou o meu projeto lá, ficou engavetado por muitas vezes, como muitos projetos foram engavetados do interesse não sei de quem. Quando se tem interesse se vota projetos nesta Casa, quando não se tem se dá risada, se brinca e se faz de conta que os outros Deputados não têm o mesmo direito.

Eu acho que todos os Deputados devem ser respeitados, e a CCJ não cumpriu o seu papel Deputado Durval Amaral, porque não cumpriu a ordem cronológica. Quando alguém protocola um pedido, esse pedido tem que ser analisado, tem que ser votado, tem que sair e tramitar nas demais Comissões, e o de Ponta Grossa não cumpriu isso. Por isso faço aqui esse desabafo porque quando se quer se coloca projeto da Ordem do Dia a hora que quer, e quando não se quer, e isso acontece a nível da Assembléia e a nível de Governo de Estado, e depois é somos nós quem pagamos quando chega na Região de

Ponta Grossa. Por que que não tem Região Metropolitana de Ponta Grossa? Primeiro não tem porque a CCJ não votou, o projeto passou na CCJ, está lá, o primeiro foi rejeitado, eu fiz o segundo e o projeto não veio à Ordem do Dia. Esse é o primeiro projeto. Por que não são votados os projetos? Não existe um ordem cronológica, ou a ordem cronológica, é a vontade política de alguém? Esse é o primeiro passo, e o segundo é a ordem cronológica de respeito do Governo, que se cria Maringá, se aprova Londrina, se aprova a cidade de Cascavel e manda o de Cascavel, deveria mandar também o de Ponta Grossa, afinal a terceira cidade em arrecadação chama-se Ponta Grossa, nenhuma outra cidade depois de Ponta Grossa contribui mais para esse Estado em recursos, é a cidade que mais dá dinheiro a esse Estado, e esse Estado trata a cidade desse jeito.

Então, queria deixar o meu repúdio aqui ao Presidente da CCJ que não votou o meu projeto, e meu repúdio ao Governo que não mandou a Região Metropolitana de Ponta Grossa, que se quiser o respeito da cidade de Ponta Grossa ainda tem tempo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Pela Ordem)

Cabe esclarecer ao Deputado Jocelito, respeitando a sua indignação pela não criação do projeto de Região Metropolitana de Ponta Grossa. Ocorre que de Londrina e Maringá não está se criando nada agora. É isso que o Deputado Jocelito precisa separar do seu discurso. Londrina foi criado no Governo anterior ainda, foi em 1997, e em agosto de 2005 foi criado Maringá.

Então o que hoje nós estamos fazendo com o projeto do Governador é apenas criando coordenadoria para essas Regiões Metropolitanas, e criar a de Cascavel. É só esse esclarecimento para que não diga que amanhã nós criamos a de Londrina e a de Maringá, e não é isso, em 97 foi criado a de Londrina, do qual eu sou subscritor junto com o Deputado Durval Amaral e junto com outros Deputados que não estão mais aqui, e de Maringá através de propositura da Deputada Cida Borghetti. Esse era o esclarecimento.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, uma vez que o projeto recebeu pareceres da CCJ e também da Comissão de Finanças, o Plenário, na primeira votação nós temos que votar a constitucionalidade. E já votamos a constitucionalidade.

Esse projeto já passou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. tem toda razão. O Deputado Dobrandino tem um comunicado a fazer para esta Casa.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

O Governador está pedindo a retirada do projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fui participado agora pelo Governador Roberto Requião que está encaminhando a esta Casa um ofício pedindo a retirada desse projeto e a devolução para o Poder Executivo.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Gostaria de lembrar os nossos colegas que em agosto de 2005 o Presidente Hermas Brandão promulgou a lei nº 111 que regulamenta as Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná. Sou autora do projeto e com o apoio de todos os Deputados desta Casa. Derrubamos o veto por 44 votos a favor. E regulamentou também a Lei nº 110 que é a Região Metropolitana de Maringá e Londrina.

Só gostaria de lembrar que a regulamentação existe.

Muito obrigada!

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Nós perdemos a votação que fizemos?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Poder Executivo poderá solicitar a sua retirada a qualquer momento antes da sua redação final.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Pela Ordem**)

A respeito da posição do Deputado Jocelito Canto, por quem nutro respeito, consideração, amizade aqui nesta Casa, quero dizer que o Deputado Durval Amaral, que foi Presidente da CCJ e com quem tivemos nesta Casa embates firmes, fortes e leais, tem de nossa parte o maior apreço e consideração.

O Deputado Durval Amaral como Presidente da CCJ fez um belo trabalho. A CCJ é notável, Deputado Elio Rusch, avançou nesses últimos dois anos, cresceu como instituição desta Casa. E o Deputado Durval Amaral, sendo um Deputado da Oposição, tendo a sua firme posição, respeitou todos.

Por isso que quero fazer aqui em meu nome esse comentário, com todo respeito ao Deputado Jocelito Canto, porque esta Casa é democrática, onde os Parlamentares podem expor democraticamente suas opiniões. Como também posso externar aqui o meu respeito, a minha consideração ao Deputado Durval Amaral à frente da CCJ. Na minha opinião fez um grande trabalho.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Há pouco ouvi o Deputado Valdir Rossoni dizer que o Governador Roberto Requião iria vetar o projeto. Logo em seguida chega o ofício retirando o projeto para uma melhor análise. Eu até gostaria de saber do Deputado Rossoni quando é que ele vai começar a receitar remédios, porque ele já está prevendo coisas do futuro e quem sabe possa,

também, fazer algumas antecipações de fatos que vão ocorrer lá na frente.

Eu ouvi o Deputado Jocelito Canto falar que Ponta Grossa está sendo marginalizada. Eu quero crer que não porque o Governador Roberto Requião já contemplou Ponta Grossa com um hospital. V. Exa. disse que se fosse construído o Hospital Regional de Ponta Grossa, o Governo do Estado não precisava fazer mais nada lá e, agora, V. Exa. está reclamando que o Governo do Paraná deixou de colocar Ponta Grossa como cidade, como região metropolitana, e com isso é evidente que ela perde seu peso político e administrativo no Paraná.

Quero crer que o Governador Roberto Requião jamais poderia esquecer de Ponta Grossa e de V. Exa. porque ele ganhou com tão pouca margem de voto esta eleição e sabe-se que foi seu apoio e o apoio dado por V. Exa. nos Campos Gerais que fez a diferença. O Governador jamais vai deixar o senhor fora do coração dele. O senhor faz parte, dorme de baby-doll no coração do Governador do Paraná.

Essa questão meramente técnica de Região Metropolitana de Ponta Grossa jamais vai colocar Ponta Grossa em segundo plano e, muito menos, V. Exa. nos planos políticos do Governador Roberto Requião e do seu Governo.

Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade, gostaria de registrar a presença do nosso ex-Prefeito de Alta Floresta e ex-Suplente de Senador do Mato Grosso, Sr. Vicente Narriva, que veio, hoje, à Assembléia Legislativa do Paraná e ao Paraná para receber uma homenagem póstuma dada a seu pai, o grande colonizador, o grande homem desbravador e idealizador que foi o Sr. Ariosto Narriva, fundador de várias cidades, entre estas a cidade de Alta Floresta no Mato Grosso e Naviraí no Mato Grosso do Sul. Seja bem-vindo ao Paraná e seja bem-vindo entre nós, Dr. Vicente Narriva.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Quero pedir que a Mesa encaminhe de volta para o Governador o substitutivo, já aprovado, porque este substitutivo, Sr. Presidente, foi elaborado por todos os Deputados do Oeste, com a compreensão dos membros da CCJ, e foi adequado. Desde o começo estranhamos o nome “metropolitano” e adequamos para ficar “Oeste do Paraná”.

Todos os Deputados do Oeste se empenharam para que não ficasse esta ou aquela cidade excluída. O Governador faça o que bem entender agora que o projeto vai voltar, mas já com o substitutivo votado nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vai ser devolvido o projeto na sua totalidade. Agora, quando voltar para cá, novamente, Deputado Reni, tem que se iniciar um processo novo. Praticamente,

não vai ser aproveitado o que se foi votado nas comissões.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, vou levantar uma questão de Ordem se V. Exa. assim permitir.

(Assentimento)

Sr. Presidente, veja o que está acontecendo nesta Casa: há pouco, levantei a questão da criação das regiões metropolitanas que gerou toda essa polêmica e o Governador retirou o projeto. Agora, com a retirada do projeto, nós temos mais uma Questão de Ordem para ser feita a V. Exa.

Veja: eu ouvi a justificativa de Deputados do Governo dizendo que dos dois cargos que estavam sendo criados um era para Região Metropolitana de Cascavel e outro para Região Metropolitana de Londrina...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só para informar a V. Exa., as Regiões Metropolitanas de Londrina e de Maringá estão criadas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas, ouvi aqui explicações de Deputados, Sr. Presidente, que os dois cargos que estavam sendo criados eram para esta finalidade: para atender a duas regiões metropolitanas. Então, faço a questão de ordem ou levando essa questão ao Líder do Governo. O cargo que foi criado para atender a Região Metropolitana de Cascavel vai ser retirado também?

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Quero, inicialmente, aqui agradecer as palavras do Deputado Nereu Moura que apesar de estarmos em trincheiras diferentes, ele na Situação e eu na Oposição, reconhece o trabalho desenvolvido por toda a equipe da Comissão de Constituição e Justiça ao longo desses dois anos.

Tenho certeza que este reconhecimento do Deputado Nereu é o reconhecimento de todos os Deputados da CCJ e se não de 100% da Assembléia Legislativa, da grande maioria dos Deputados. Até porque respeito os Srs. Parlamentares. E respeito até a posição do Deputado Jocelito Canto de repudiar a atuação do Presidente da CCJ. Não uso da mesma forma e da mesma maneira, porque jamais repudiaria qualquer projeto por mais irresponsável que fosse ou por mais cheio de lacunas que fosse. Porque qualquer projeto, de qualquer Parlamentar, merece o meu respeito.

Agora, sou o Presidente da CCJ e se tenho o respeito da Casa é pelos anos de experiência parlamentar. Não posso ter a posição, nobre Presidente, de ser agente policial. Não posso. Cumpri o meu dever como Presidente da CCJ, distribuí o projeto, foi distribuído ao relator que baixou em diligência. "Policialisca" seria a minha atitude se pegasse e dissesse: "este projeto é

inconstitucional", "este projeto não obedece ao dispositivo da Constituição Estadual, da Constituição Federal"; "tem vício de iniciativa".

É de repudiar a iniciativa desse Parlamentar que apresenta um projeto quando sabe natimorto pela sua inconstitucionalidade. E poderia demagogicamente vir aqui esgrachar a iniciativa de Parlamentares. Não faço isso porque tenho princípio ético.

Então, agradeço, recebo a crítica, mas não devolvo ao Deputado Jocelito com repúdio. Até porque se fôssemos analisar o mérito, a iniciativa, a constitucionalidade de muitos dos projetos apresentados pelo meu colega Jocelito, talvez não valeria a pena ser Parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Lamento que o nosso ilustre Presidente da CCJ que fez um belíssimo discurso, mas que é um discurso a lá - ouvimos aqui ontem do nosso nobre Deputado do PT Tadeu Veneri - cheio de filosofia.

Quero dizer a V. Exa. que o meu projeto está lá desde setembro aguardando um posicionamento. E essas diligências, para quem conhece a Casa sabe que é enrolação. Esta é a palavra correta.

O projeto que apresentei, tem muitos projetos que foram rejeitados pela CCJ porque não havia interesse de alguém. Alguém rejeitou até alguns projetos constitucionais. E a CCJ, nobre Presidente, tem inúmeros projetos rejeitados. Acho que se V. Exa. pegar o número de projetos apresentados lá, tem muitos mais rejeitados de outros Deputados do que meus. Os que tenho mandado àquela Casa, tenho procurado, mesmo não sendo advogado, sempre que possível cumprir o que determina primeiro a constitucionalidade.

Agora, a CCJ não venha fazer moral, dizer que nunca aprovou um projeto ilegal, que não é verdade. Já sabemos que projetos saíram de lá e eram inconstitucionais e vieram a esta Casa. Não venham com falso moralismo dizer que estou errado. E o meu projeto está lá e o senhor não explicou até agora: por que o meu projeto está em diligência? Qual é a diligência que tem que fazer. Tem que ir lá visitar todas as cidades, ir de casa em casa e perguntar para o povo se ele quer que faça região metropolitana. Lamento que o meu projeto está lá desde setembro aguardando um posicionamento e a CCJ tem uma ordem, não é cronológica e é por Sessões. Se não voltar naquela Sessão, ele, tecnicamente, o relator perde ou passa para outro.

Tenho o maior respeito por V. Exa. Jamais desabonaria a pessoa do Durval Amaral, Presidente da CCJ, que quando quer faz reunião de última hora, se houver interesse de alguém. V. Exa. sabe que a CCJ se reúne a hora que quiser, para dar o parecer que quiser e isso é perfeitamente entendível na questão legal desta Casa, que quando quer faz, se reúne e quando não quer não faz.

Lamento que V. Exa. não diz quem não é o relator, por que demorou e que diligências são essas. E se foram feitas com as outras regiões metropolitanas, diligências, ou só com a minha que foi feita.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Nobre Deputado, eu não quero polemizar em hipótese alguma, porque as palavras do Deputado Jocelito, todos nós conhecemos bem. Tenho o maior apreço e o maior respeito por V. Exa. e não vai ser comigo que V. Exa. vai polemizar, porque terei o maior prazer em encaminhar a V. Exa. o Regimento Interno da Casa, onde fala do dispositivo, da diligência e a Constituição Estadual, que fala das prerrogativas dos Srs. Parlamentares, inclusive da apresentação de projetos. Tenho certeza que não precisaria tomar essas providências, mas como sei que as minhas palavras não são ao vento, então, as encaminharei a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Passamos ao item 02.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 004/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/07, que autoriza o Poder Executivo a promover os atos complementares que se fizerem necessários à efetivação da estadualização da Fundação Faculdade Luiz Meneghel. SEM PARECERES. (Publ. no DA nº 158, de 17/01/07, em Mensagens).

Solicito ao Deputado Carlos Simões, antes de colocarmos em discussão, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e o parecer da Comissão de Finanças.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)

(Lê):

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 004/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela, oriundo de mensagem do Poder Executivo, tem como escopo a efetivação da estadualização das Faculdades Luiz Meneghel, por meio de incorporação da totalidade de seus bens à UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná, implementada por escritura pública firmada entre o Poder Executivo Estadual e o Poder Executivo Municipal de Bandeirantes.

A referida estadualização das Faculdades Luiz Meneghel se deu por conta das Leis Estaduais nºs 15.300/06 (em anexo), 13.385/01 (em anexo), e do Decreto nº 1052/03 (em anexo).

Constitucionalidade e Legalidade

No tocante à iniciativa legislativa, assim dispõe a Constituição Estadual paranaense:

“Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.’ (grifo nosso).

Tendo em vista que a incorporação da autarquia em questão implica em atribuições à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, resta clara a legitimidade da propositura por parte do Poder Executivo, pois em casos como este é privativa.

Cabe lembrar que a criação da Universidade, segundo a letra da Lei nº 15.300/06, resulta da simples integração de Universidades Estaduais ou estadualizadas, não implicando em gastos por parte do Poder Público Estadual, estando, portanto, dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ademais, a intentada lei em questão tem como escopo a incorporação de todos os bens móveis, imóveis, corpóreos, incorpóreos e semoventes da já estadualizada FFALM (Fundação Faculdade Luiz Meneghel) ao patrimônio da UENP.

Tal incorporação dos bens da instituição estadualizada lhes dão natureza de bens de uso especial, que nos ensinam de Bandeira de Mello, são aqueles onde estão instaladas repartições públicas.

Ainda pretendo manter os serviços essenciais prestados pela instituição incorporada a título de cessão e por prazo necessário, dos funcionários estatutários e servidores celetistas pertencentes ao quadro de pessoal do município de Bandeirantes.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar nº 95/98.

Conclusão

Desta forma, o parecer desta comissão é pela **aprovação** do projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 23.01.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 004/07

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/07, objetiva autorizar o Poder Executivo a promover os atos necessários a efetivar a estadualização, mediante incorporação à Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP.

Fundamentação

Esta Comissão chamada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo

33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Importante salientar que as despesas com pessoal e custeio decorrentes da incorporação da instituição na UENP, serão suportadas pelo Estado do Paraná, mediante apresentação de Plano de Aplicação à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI.

Desta forma, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.01.07.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em discussão o projeto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Eu queria fazer uma Questão de Ordem, Sr. Presidente. Não ouvi o Deputado Carlos Simões relatar a questão do impacto financeiro, referente a esse projeto, porque se trata de recursos financeiros.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi feita a análise pela Comissão de Finanças e esta achou que está perfeito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O Governo tem que enviar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Foi enviado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

O Deputado Carlos Simões pode ler para nós?

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

Sr. Presidente, já consta no parecer de acordo com o impacto financeiro, aplicação da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Deputado está pedindo para que V. Exa. faça a leitura da informação sobre o impacto financeiro.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Quanto representa, porque todo projeto que cria cargos, é preciso vir acompanhado com quanto vai custar a nível de Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou informar a V. Exa. O valor unitário mensal para o cargo de Diretor DAS-3 será de R\$ 4.349,17 e para

Vice-Diretor DAS-5 será de R\$ 3.418,56. Por último, cabe frisar que os valores acima citados somados representam 0,00002% do total da folha de pagamento do pessoal.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Veja bem, Sr. Presidente, precisamos discutir a coisa com muita sinceridade. No começo desta legislatura apresentamos aqui um projeto quando o Governo do Estado cancelou a Faculdade de Medicina de Ponta Grossa e quero voltar a esse velho assunto que mexeu tanto com os corações do povo de Ponta Grossa e da região dos Campos Gerais, quando o Governo do Estado resolveu suspender o curso de Medicina de Ponta Grossa, que segundo o Governo não havia como tocar aquele curso de Medicina e entendia e até disse muitas vezes o Governador aqui que tinha sido um ato político do Governo anterior e houve muitas críticas à criação desse cargo pelo Governo Lerner, o Governo anterior. Aí, o Governador Requião entendeu que não podia prosseguir com o curso de Medicina em Ponta Grossa e o Governador suspendeu o curso de Medicina em Ponta Grossa, alegando que não havia recursos financeiros para tocar o curso em Ponta Grossa.

Muito bem! A cidade se revoltou, a cidade fez uma campanha e agora nesta última eleição acabou apresentando as suas considerações finais ao Governador: deu ao Governador, na última eleição, uma derrota muito grande em Ponta Grossa, porque ele havia fechado o curso de Medicina em Ponta Grossa, alegando que muitos cursos estavam sendo abertos e que o Estado do Paraná criava muitos cargos no Paraná, gastava muito dinheiro no ensino superior e não podia gastar mais. Muito bem, agora vemos o Governo do Estado criar uma nova Universidade, está criando agora uma nova Instituição e bem merecida, Sr. Presidente. V. Exa. que é um representante daquela região e entendo que a estadualização dessa Faculdade é sem dúvida nenhuma brilhante, é bom para os jovens daquela região, é importante e vou votar a favor, mesmo tendo levado um voto de repúdio da cidade de Bandeirantes quando fiz aqui o pronunciamento, mas vou votar a favor, porque acho que todos os jovens devem ter o direito.

Só queria colocar mais uma vez aqui e o Líder do Governo que está aqui que entendesse, Deputado Dobrandino, porque tenho votado todas as matérias a favor do Governo, mas tenho começado a questionar o próprio Governo. Tenho defendido o Governo quando faz coisas boas, como disse o Deputado Scarpellini, que usou uma brincadeira aqui de baby-doll, mas baby-doll é para quem anda depois das 22h e de dia é uma coisa e de noite é outra - isso é coisa para alguém, porque aqui tem aqueles que são os corajosos e aqueles que à noite não são corajosos e viram mulherzinha à noite e quem sabe seja o caso de alguém e não o meu caso, até porque na minha

história está escrito que sou um homem de cima até embaixo e não meio, como alguns.

Agora, Sr. Presidente, queria parabenizar V. Exa. por essa conquista! Parabéns à região que recebe essa Universidade. Vou votar a favor, mas só lamento que o Governo faça isso, por exemplo, autoriza criar cargos para a Universidade nova que está nascendo, mas não cumpre aquilo que prometeu aos Procuradores das Universidades de Londrina, de Maringá, de Ponta Grossa e até de Jacarezinho, que V. Exa. tem cobrado aqui. O Governo brinca às vezes com setores, como está brincando. Então manda criar cargos. Nós votamos a favor, porque não queremos prejudicar o outro lado porque ele esqueceu de nós. E aí esquece de cumprir aquilo que acordou, aquilo que se comprometeu de dizer que estaria criando os cargos para regulamentar os cargos dos nossos advogados de Londrina, de Maringá, de Cascavel e de Jacarezinho, que são só doze a treze cargos.

Então, eu encaminho favorável a esta matéria. Tenho votado aqui junto, porque não quero prejudicar uma região. Mas, quero deixar aqui o meu protesto: fecha-se o curso de Medicina e abre-se uma faculdade inteira. E, ao mesmo tempo, cria-se cargo para essa nova estadualização dessa universidade, e não se cumpre o que se acordou lá atrás, que o Secretário Botto deu a sua palavra e esta Casa também, de que nós iríamos criar, iríamos regularizar a situação daqueles Procuradores.

Então, eu deixo aqui esse meu protesto: acho válida a criação desses cargos, vou votar a favor. Mas quero deixar aqui, mais uma vez, a minha palavra de que o Governo deveria fazer pela ordem: primeiro fazer aquilo que prometeu e depois fazer o que quer fazer de novo.

Muito obrigado. E parabéns, Sr. Presidente, V. Exa. consegue mais uma vez uma grande vitória para a sua região. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação. Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos

Antes de encerrar a presente Sessão, quero participar ao Plenário desta Casa que estou recebendo um Requerimento nº 053, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Justus, Elton Carlos Welter e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão plenária do dia 24 de janeiro (quarta-feira), em Comissão Geral para a votação da Mensagem nº 003/07, Projeto de Lei nº 004/07, de autoria do Poder Executivo. **Recebido; Protocole-se; conforme artigo 107, parágrafo 2º, decorrido o prazo de 24 horas, incluir para deliberação em plenário.**

O requerimento será votado na Sessão de amanhã.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, tem uns requerimentos, eu protocolei um requerimento, não sei se chegou até esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Já foi encaminhado à Comissão Executiva, nobre Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Ele não tem que passar pelo plenário, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há necessidade.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Eu até gostaria, Sr. Presidente, pediria a V. Exa. porque há questão de uns seis meses eu mandei, desta Casa, um requerimento ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e o Tribunal de Contas desrespeitou esta Casa e não recebeu uma documentação que foi encaminhada por mim. Por isso, eu pediria a V. Exa. que colocasse em votação neste plenário que eu estou requisitando as contas. Eu não estava aqui dia 15, e esta Casa votou a favor as contas do ex-Governador Jaime Lerner, 20092, aprovou as contas. Aprovou as contas do Governador Roberto Requião, 2003/2004/2005. E nessa aprovação consta que o Governo não cumpriu o constitucional da educação, os 25%, no Governo Lerner, e no primeiro ano do Governo Requião. E o Tribunal de Contas do Paraná, não tem recebido - nessa nova Lei Orgânica que esta Casa aprovou quando há uma decisão favorável a um município, quando é dado a uma instituição, é preciso dar a mesma igualdade a outro, diz a Lei Orgânica aprovada nesta Casa. E o Tribunal de Conta não tem feito isso, tem desaprovado as consta dos Srs. Prefeitos que não cumpriram os 25%, e tem aprovado, tem dado voto, parecer favorável quando são aprovadas as contas da Prefeitura de Curitiba e do Governo do Estado. E a prova está neste documento que estou remetendo a V. Exa., nesse requerimento, onde conta que esta Casa aprovou as contas de Jaime Lerner com todos aqueles problemas de 2002. Tudo foi aprovado. As contas de 2003 do Requião, sem constar os 25% da educação de 2004 e 2005.

E eu gostaria desses documentos porque, na sequência, quero requerer judicialmente um processo contra o Tribunal de Contas por não cumprir o que determina a lei aprovada por esta Casa. Por isso, eu peço que coloque em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Eu já determinei o atendimento a V. Exa. V. Exa. vai receber as informações.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas, não pode ser votado o meu requerimento, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não tem dificuldade nenhuma, vou colocar em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o Requerimento nº 053-A de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, pedindo informações à Mesa Executiva.

Em votação. Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.** à Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 051, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, com apoio dos Srs. Deputados Nelson Garcia, Hermes Fonseca, Jocelito Canto e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Plenária do dia 24 de

janeiro (segunda-feira), em Comissão Geral para votação da Mensagem 002/07, Projeto de Lei nº 003/07, de autoria do Poder Executivo. **Prejudicado.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 430/06 e do Projeto de Lei Complementar nº 436/06.

Levanta-se a Sessão.



S U M Á R I O

| | |
|---|---|
| DIÁRIO Nº 163 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO SUMÁRIO Mesa Executiva.....21 | Presenças 21 Abertura da Sessão 21 Ordem do Dia: Discussão/Votação Redação Final..... 22 Encerramento da Sessão 25 |
|---|---|

DIÁRIO Nº 163

3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA **DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA **15ª LEGISLATURA** **ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** **DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO** **REALIZADA EM** **23 DE JANEIRO DE 2007**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado José Maria Ferreira e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às dezesseis horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Mil-tinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Gar-

cia, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (48).

Ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Ademar Traiano, Padre Paulo Campos, Rafael Greca, Ratinho Júnior e Waldir Leite (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Antes de entrarmos na pauta da Ordem do Dia dessa Sessão, eu solicito ao Deputado José Domingos Scarpellini para que faça a entrega ao nosso visitante, Dr. Vicente da Riva do Pinhão, símbolo do Paraná, porque na região que ele representa no Mato Grosso, 80% são paraenses.

(Deputado Scarpellini procede a entrega do
Pinhão de Ouro)
(Aplausos)

Ordem do Dia:

Não há expediente a ser lido. Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes e nem no Horário das Lideranças.

Passamos à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 430/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede redução de base de cálculo do imposto nas operações que especifica e adota outras providências sobre o tributo. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 430/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O débito do ICMS passa a ser de 7% (sete por cento) nas operações internas com apresuntado, banha de porco, mortadela, linguiças e salsichas, exceto em lata.

Parágrafo único. A redução de base de cálculo prevista neste artigo não obriga à realização do estorno proporcional dos créditos do imposto a que se refere o inciso IV do artigo 29 da Lei nº 11.580/96.

Art. 2º Fica concedido um crédito presumido de 7% (sete por cento) sobre o valor das operações de saídas internas e interestaduais promovidas pelo estabelecimento fabricante com os produtos relacionados no artigo 1º.

Parágrafo Único. O crédito presumido referido neste artigo:

a) é concedido, em substituição a todos os créditos fiscais relativos às entradas no estabelecimento de matérias primas, produtos intermediários e secundários utilizados na fabricação, e, relativamente ao crédito pela aquisição de bem destinado ao ativo imobilizado, na proporção do valor das saídas dos produtos relacionados no artigo 1º em comparação com o tal das saídas do estabelecimento;

b) não se aplica aos estabelecimentos de frigorífico beneficiários do crédito presumido previsto nas Leis nº 13.212, de 29 de junho de 2001, e nº 14.747, de 21 de junho de 2005.

Art. 3º O crédito presumido a que se refere o artigo 1º da Lei nº 14.747, de 21 de junho de 2005, fica limitado ao percentual de 7% sobre o valor da operação de saída interna com os produtos referidos nesta lei.

Art. 4º Fica revogado o artigo 3º da Lei nº 14.747, de 21 de junho de 2005.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de julho de 2006.

Sala das Comissões, em 23.01.07.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 436/06, de autoria do Ministério Público do Paraná, que dispõe sobre a criação da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Paraná, regulamenta a indicação e escolha do Ouvidor e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 436/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica criada, na forma desta lei, a Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Paraná, em consonância com as disposições do artigo 130-A, parágrafo 5º da Constituição da República, órgão que tem por objetivo contribuir para elevar continuamente os padrões de transparência, prestação e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares da Instituição.

§ 1º A Ouvidoria deverá criar canais permanentes de comunicação e interlocução que permitam o recebimento de denúncias, reclamações, críticas, sugestões e elogios de cidadãos, entidades representativas, órgãos públicos e autoridades, bem como a obtenção, por parte destes, de informação sobre ações desenvolvidas pela Instituição.

§ 2º As notícias de irregularidades, representações, reclamações e críticas deverão ser fundamentadas e, quando possível, acompanhadas de elementos de prova.

Art. 2º Compete à Ouvidoria:

I - receber, examinar e encaminhar representações, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo Ministério Público;

II - representar, à vista de graves indícios de ocorrência dos fatos noticiados, diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público nas hipóteses de sua competência e, também aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, para adoção das providências cabíveis;

III - promover o arquivamento das representações, reclamações e peças de informações contendo fatos que não apontem irregularidades ou que não estiverem fundamentadas, com posterior remessa do respectivo expediente ao Conselho Superior do Ministério Público, para conhecimento e eventual encaminhamento aos órgãos referidos no inciso anterior;

IV - divulgar, permanentemente, seu papel institucional à sociedade;

V - elaborar e encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público relatório trimestral consolidado das representações, reclamações, críticas, apreciações, comentários, elogios, pedidos de informações e sugestões recebidas, bem como os seus encaminhamentos e resultados;

VI - manter intercâmbio e celebrar convênio com entidade pública ou privada que exerça atividades similares, com vistas à consecução dos seus objetivos;

VII - registrar, mediante protocolo, os expedientes apresentados na Ouvidoria, informando ao interessado sobre as providências adotadas e os resultados obtidos, em prazo não excedente a 30 (trinta) dias, salvo justo motivo;

VIII - organizar e manter atualizado arquivo de documentação relativo às suas atribuições;

IX - das conhecimento ao Procurador-Geral de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público ou ao Conselho Nacional do Ministério Público, sempre que solicitado, das denúncias, reclamações e representações recebidas.

Art. 3º A Ouvidoria do Ministério Público não dispõe de poderes correicionais, não substitui e nem interfere nas atribuições da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Art. 4º O acesso à Ouvidoria será realizado por comparecimento pessoal ou mediante:

I - correspondência;

II - ligação telefônica, que será reduzida a termo pela Ouvidoria;

III - mensagem via fac-símile;

IV - comunicação via internet, com utilização do serviço da Ouvidoria a ser disponibilizado no sítio do Ministério Público.

Parágrafo Único. O anonimato obsta a adoção de providências pela Ouvidoria, salvo se acompanhada por prova documental.

Art. 5º O cargo de Ouvidor do Ministério Público do Estado do Paraná será exercido por Procurador de Justiça em atividade, eleito em votação uninominal pelo Código de Procuradores e nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça, para mandato de 02 (dois) anos, sendo vedada recondução consecutiva.

§ 1º O processo eleitoral será regulamentado pelo Órgão Especial do Ministério Público, mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça;

§ 2º Durante o exercício do mandato, o Membro do Ministério Público nomeado Ouvidor ficará afastado de suas atribuições, bem como estará impedido de ocupar outros cargos, exercer outras funções ou candidatar-se a qualquer cargo eletivo na Instituição, no prazo de 02 (dois) anos após o fim do mandato;

§ 3º Estão impedidos de concorrer ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral, os integrantes do Conselho Superior do Ministério Público e os membros afastados da carreira, salvo, nas três primeiras hipóteses, em caso de renúncia do candidato no prazo de 03 (três) meses anteriores à eleição, enquanto que, na última, de retorno à Instituição 01 (um) ano antes da eleição;

§ 4º Os remanescentes, para os fins desta lei, serão suplentes do Ouvidor e exercerão o *munus* nos casos de impedimentos e afastamentos do titular, obedecida a ordem de votação; à falta de suplente, exercerá o encargo o Procurador de Justiça mais antigo na carreira.

Art. 6º O Ouvidor-Geral do Ministério Público poderá ser destituído do cargo, em caso de abuso do poder, conduta incompatível e grave omissão nos deveres do cargo, observando-se o procedimento relativo à destituição ao Corregedor-Geral do Ministério Público.

Parágrafo Único. O Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Colégio de Procuradores, poderá determinar o afastamento liminar do Ouvidor, enquanto perdurar o procedimento de destituição.

Art. 7º A Ouvidoria, órgão auxiliar do Ministério Público, integrará a estrutura administrativa da Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 8º A estrutura funcional e os procedimentos internos serão definidos por ato do Procurador-Geral de Justiça, mediante prévia apreciação do Órgão Especial.

Art. 9º A Ouvidoria será instalada no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta lei.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 23.01.07.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, tudo que for do Ministério Público eu quero encaminhar, até porque o Ministério Público é o guardião da lei e nós precisamos encaminhar.

Sr. Presidente, só quero dizer que vou votar a favor desse projeto do Ministério Público e aqui, Deputado Durval Amaral, acabei de achar uma “pérola” da CCJ!

Lendo, as coisas aparecem. A CCJ, quando quer, pode fazer aquilo que nós chamamos de substitutivo geral. Quando a CCJ quer ela pega um projeto e salva a vida dele. É como o salva-vida do Corpo de Bombeiros. O Corpo de Bombeiros ali no litoral quando alguém está morrendo o bombeiro se joga lá, vem de helicóptero que o Governador arrumou agora ou vem de qualquer jeito e salva a vida. E nós temos aqui a CCJ salva-vida, salva o Ministério Público!

O meu projeto da Região Metropolitana de Ponta Grossa não teve um salva-vida, lamentavelmente! Eu acho que propus o projeto depois das 18h00 quando os bombeiros já foram para Casa, já não tem mais salva vidas. O Ministério Público mandou para esta Casa um projeto inconstitucional, ilegal. E o Ministério Público é

o guardião da lei, é aquele que não pode errar. É aquele que se um Prefeito colocar uma vírgula no lugar errado, eles fazem ação. Até li no jornal hoje, que estranho não estou entendendo mais esse Ministério Público, vi hoje o PPS através do Rubens Bueno reclamando que não anda o projeto de nepotismo, aqui, no Estado do Paraná, que não anda, que está engavetado, diz o Rubens Bueno hoje. Mas no mesmo jornal vejo que um membro do Ministério Público de uma cidade, me parece que é Jesuítas, está entrando com uma ação contra o prefeito de Jesuítas, porque o Prefeito tem oito parentes na Prefeitura. E certamente vai pedir o afastamento do Prefeito.

Então, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não entendo mais esse Ministério Público, lá ele entra com uma ação pelo nepotismo querendo ferrar o coitado do Prefeito de Jesuítas, que deve ser um coitadinho, um pobre coitado, é lá do interior. Agora, aqui vejo o Rubens Bueno reclamar hoje que o projeto do nepotismo está li o homem do Ministério Público mandou para lá, para cá. E aí o Ministério Público manda esse projeto que estamos discutindo, que cria a Ouvidoria. E aí esse projeto vem errado, aquele que não poder errar, que cobra os erros dos outros, manda um projeto com erro de origem. O que deve ocorrer com ele? Ele deve ir para o lixo, ou deve ser devolvido ao Ministério Público dizendo: olha vão estudar um pouco mais, devolve-se o projeto.

Mas a nossa CCJ, Deputado Durval Amaral, não sou tão inteligente como V. Exa. é filósofo, é advogado, é doutor, é experiente. V. Exa. tem todas as qualidades que eu não tenho, mais sei ler um pouquinho, E quando li essa preciosidade, que vou votar a favor porque V. Exa. botou a mão aqui e salvou a vida do Ministério Público.

Quero carinhosamente lhe chamar, a partir de hoje, se o senhor permitir, de salva-vidas do Ministério Público, porque estamos salvando a vida do Ministério Público que mandou um projeto ilegal. Esse é o mesmo Ministério Público que o Governador disse no final do ano que teve que fazer ajuste de conduta. E isso me entristece muito, porque ajuste de conduta não existe para Prefeito nenhum. Não existe ajuste de conduta: eu errei deixa eu ajustar a minha conduta. O ajuste de conduta com os prefeitos é ação civil ou criminal. Esse é o ajuste de conduta. E é esse Ministério Público, que diz o Governador, que fez um ajuste de conduta porque o Ministério Público, e eu não vi a Gazeta do Povo publicar, não vi o Estado do Paraná, não vi ninguém publicar uma palavra sobre isso, os pobres funcionários do Paraná não receberam o Plano Bresser ainda. Os coitadinhos, os professores, os coitadinhos dos funcionários que são assalariados desse Estado ninguém recebeu porque teve que fazer ação na Justiça. Só na Justiça. E quando faz ação na Justiça tem que ter o quê, Deputado Durval Amaral, para receber? Precatório trabalhista.

Então, um coitadinho de um funcionário público que poderia receber lá uns 10 mil reais, 5 mil reais por aqueles planos lá atrás, o coitadinho só vai receber depois que vier a decisão judicial e quando tiver o precatório.

Agora, o Ministério Público, esse que mandou o projeto, pagou os seus funcionários agora no fim do ano, não sei de que forma que eles pagaram, até pedi informações a esta Casa. Eles pagaram através de lei? Estava previsto no orçamento? Havia empenho prévio? Havia precatório? Havia ação judicial? E como eles gastaram além do Orçamento, como diz o Requião? Como é que paga algo que não está previsto numa peça orçamentária?

Por isso, o ajuste de conduta, eu quero receber esse ajuste de conduta que o Governador falou. Eu quero receber esse documento e isso é peça fundamental na democracia, ajuste de conduta que o Governador disse e está nos jornais e a imprensa não tem comentado isso, que alguém recebeu. Eu quero fazer essa colocação.

Vou votar a favor do Ministério Público, pois não quero prejudicar os bons trabalhos. A minha ação não atrapalha o que é bom, a minha ação contesta o que eu acho que não está certo, mas eu não atrapalho o projeto. Mais uma vez, meu amigo Deputado Durval Amaral, V. Exa., quando eu lhe chamar de “salva-vidas”, não pense que o senhor vai estar de terno vermelho. V. Exa. salvou o Ministério Público. Parabéns!

Quando a CCJ quer, dá.

Obrigado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

(Para Encaminhar)

Eu vou terminar o mandato no dia 1º, mas já vi quem vai me substituir na oposição ao Governador Roberto Requião. Já percebi pela linha, pela posição, que o Deputado Jocelito está se rebelando, já é um rebelde. Hoje ele está nocivo a tudo aquilo que, aparentemente, a Assembléia acompanha e vota sem nenhuma manifestação.

Eu fiz uma colocação de o Deputado Jocelito Canto está tomando algumas posições aqui na Assembléia, que, aparentemente nos dá conta de ser um homem de oposição, quando realmente, não é. V. Exa. foi o condutor da vitória do atual Governador do Paraná, Roberto Requião nos Campos Gerais e na querida cidade de Ponta Grossa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós ouvimos falar sobre a questão do nepotismo que lá na cidade do interior, Jesuítas, os Promotores estão se rebelando, Promotor contra Prefeito é coisa que não vemos aqui, a nível de Governo do Paraná. Nós falamos várias vezes, combatemos aqui a prática do nepotismo feita pelo atual Governador, que pouco valeu para nós e para a eleição. No entanto, algumas das pessoas que combatem e que estão hoje a criticar o nepotismo, votaram contra isso e votaram a favor do Governador na época em que o projeto veio a Plenário. No entanto, hoje é um dos últimos dias desse período de convocação, amanhã nós vamos encerrá-lo, pelo que tudo indica...

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Não está estabelecido que nós vamos encerrar amanhã.

Estamos convocados até o dia trinta.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Então eu tenho a oportunidade de pedir que seja colocado um projeto meu que cria a Defensoria Pública.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está fechada a pauta, Sr. Deputado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu quero colocar aqui que a Ouvidoria do Ministério Público, eu acho que ela não se faria necessária no Paraná, pois nós já temos a Corregedoria do Ministério Público, por que criar o cargo de Ouvidor do Ministério Público? Eu encaminhei um pedido de providências ao Ministério Público contra um Promotor lá da minha cidade de Apucarana, já faz um ano e quatro meses. Não vi nenhuma providência ser tomada lá na Corregedoria. O Promotor que tinha, num súbito, num momento nocivo da sua vida, me deu uma voz de prisão no saguão do hotel, na minha cidade de Apucarana. Nós encaminhamos um Pedido de Providência ao Ministério Público. Nenhuma resposta foi dada pela Corregedoria e nem pelo Ministério Público.

Votar criando a Ouvidoria, não vejo sentido, porque vai ser também uma coisa como a própria Corregedoria, sem sentido. Eu vou votar contra a Ouvidoria. Talvez seja o único Deputado aqui, não sei se tem outro que vai votar, mas eu vou votar contra por uma questão até de ordem pessoal, de uma experiência pessoal que me deixou frustrado, o encaminhamento que nós fizemos um Pedido de Providência nessa Cassa.

Eu vejo o Deputado Jocelito ser injustiçado, por uma ação que entendeu que fosse política formulada pelo Promotor lá da cidade de Ponta Grossa, que vai terminar agora, numa ação julgada no STJ. Um Deputado me disse, tinha já transitado e julgado a condenação do Deputado Jocelito.

Eu entendo, assim como está sendo injustiçado, ainda tem contra a minha pessoa. Entreguei a Prefeitura em 92, um procedimento de 89, e um de 90, a ser julgado que é uma simples relação político-administrativa, mal compreendido, que o Ministério Público leva a sério e acho que o Prefeito e o ex-Prefeito têm que ser condenados.

No entanto eles extrapolam, como já disse aqui o Deputado Jocelito Canto, extrapolam o Orçamento, gastam mais do que é permitido. Depois, fazem um ajuste de conduta.

O que é um ajuste de conduta? É alguém que está fora da conduta que se ajusta. É uma ressocialização do Ministério Público para com o Orçamento para com a sociedade. Seria o mesmo que ressocializar um preso e colocá-lo de volta na sociedade.

Eu vou votar contra esse projeto, acho que não tem sentido criar mais um cargo de Ouvidor Geral do Ministério Público do Paraná, porque se nós não vimos nenhuma providência em casos concretos, porque criar uma Ouvidoria, que vai morrer lá, sem nenhuma providência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Aprovado o projeto.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

